

CFESS MANIFESTA

Campanha da Gestão

Brasília, outubro de 2009

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL



Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade

O Que o Serviço Social Defende

O Serviço Social brasileiro realiza a Campanha Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade como forma de protesto e indignação diante da barbárie capitalista que reitera a desigualdade social, e defende o fortalecimento dos movimentos sociais organizados em defesa dos direitos da classe trabalhadora e de uma sociedade livre e emancipada. Esses são nossos compromissos éticos, teóricos, políticos e profissionais. As desigualdades econômicas e sociais entre países “ricos” e “pobres” se agudizam nesse momento de crise. A especulação financeira vem transformando a sociedade em um grande cassino, sendo esta a característica mais marcante do mercado de capitais, e gerando grandes transferências de capital ao sistema bancário, o que detonou a crise atual, comparável apenas à Grande Crise de 1929, e que ainda está longe de ser superada. Tais condições de reprodução material e das relações sociais no capitalismo contemporâneo têm profundos impactos na crescente e desigual repartição da riqueza mundialmente produzida, já que os 20% mais ricos do mundo ficam com mais de 80% do PIB mundial e na ampliação da pobreza, já que o número de pobres cresce ao ritmo do crescimento da população (2% ao ano), o que faz com que 1 bilhão e meio de seres humanos vivam em condição de mera sobrevivência.

Brasil: um país que não redistribui renda e riqueza

**DEPOIS QUE O RICO COME,
É ISSO O QUE
SOBRA PARA VOCÊ.**



O Brasil possui uma das mais elevadas taxas de concentração de renda, riqueza e propriedade do mundo. A acumulação e a ostentação de riqueza por uma minoria convivem com cenários extremamente pobres que revelam as péssimas condições de vida e de trabalho de imensa parcela da população, e deixam a nu nossa gritante desigualdade: os 10% mais pobres ficam com apenas 1,1% da renda do trabalho, enquanto os 10% mais ricos ficam com 44,7%. É inaceitável que o país que se situa entre as 10 nações mais “ricas” do mundo mantenha uma

estrutura econômica e social em que 13% da renda do trabalho se concentram nas mãos de apenas 1% da população. Ou seja, nesse país de 184,3 milhões de pessoas, 13% da riqueza estão no poder de apenas 1,84 milhões de pessoas. A política macroeconômica predominante nas últimas décadas não projeta nenhuma reversão desse quadro. Ao contrário, o pagamento dos encargos e juros da dívida pública provoca uma sangria no orçamento que deveria ser investido nas políticas públicas. Só em 2007, 65% do superávit primário foi gerado com recursos do orçamento da seguridade social. No período de 2000 a 2007, foram extraídos aproximadamente U\$ 100 bilhões de dólares (R\$ 205,2 bilhões) do orçamento da seguridade social. Esse montante equivale a cinco vezes o orçamento anual da saúde e quase dez vezes o orçamento da assistência social. Trata-se de uma perversa alquimia, que se apropria dos recursos das políticas sociais para sustentar a política econômica conservadora e neoliberal e impede a ampliação dos direitos sociais no Brasil.

Lutamos por Direitos, Trabalho e Socialização da Riqueza

Essa inaceitável política econômica provoca uma forte corrosão da sociabilidade e agudiza a violência que atinge de maneira assustadora os jovens: no Brasil, nos últimos 10 anos morreram cerca de 600 mil pessoas, em sua maioria jovens com idade entre 15 e 25 anos, fazendo com que um em cada 500 jovens não chegue aos 19 anos no Brasil. A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil é uma luta contra a “economia política da iniquidade” e constitui uma mediação importante na luta histórica pela emancipação humana, pois os direitos, na sociabilidade capitalista, se inserem em um processo complexo e contraditório de produção e reprodução das relações econômicas e sociais sob a égide do capital e da mercantilização das relações sociais. Defendemos a luta pela democratização da política e garantia dos direitos como estratégia de ganhos e acúmulo de forças da classe trabalhadora, e como mediação necessária e inadiável no percurso de construção de uma sociedade emancipada. Por isso, com a campanha **Lutar por Direitos, Romper com a Desigualdade**, queremos provocar reflexão e indignação com a barbárie que se reproduz cotidianamente em nosso país, e mobilizar a sociedade para **defender**:

- A socialização da política e o fortalecimento de instituições verdadeiramente democráticas, que assegurem a organização autônoma da classe trabalhadora e o fortalecimento dos movimentos sociais;
- Valores éticos em defesa do coletivo e da equidade;
- Posicionamento contrário a toda forma de exploração, opressão e violência contra a mulher, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e contra toda forma de expressão de homofobia e restrição da liberdade de orientação sexual;
- Uma política econômica a serviço do crescimento e da redistribuição da riqueza socialmente produzida, e de uma política tributária redistributiva, que onere mais o capital e menos o trabalho: no Brasil, os tributos incidem apenas 4% sobre o patrimônio, 29% sobre a renda e 67% sobre o consumo. Nos países da OCDE, ao contrário, os impostos sobre o consumo representam 32,1% em média, enquanto o imposto sobre a renda corresponde a 35,4%; o acréscimo da carga tributária sobre quem ganha até 2 salários mínimos foi de 20% entre 1994 e 2004 e de apenas 8% para quem ganha acima de 30 salários mínimos;
- Uma ampla reforma agrária para reverter a perversa estrutura fundiária, que hoje concentra enormemente as propriedades rurais: no Brasil, 2.214.983 minifúndios (até 1 módulo fiscal) dispõem de 7,5% da área rural, enquanto apenas 104.744 grandes propriedades (de 15 a 600 módulos fiscais) concentram 58,1%;

- O direito ao trabalho com qualidade e emprego para todos, sem discriminação: hoje, a taxa média de desemprego nas regiões metropolitanas é de 20,21% entre os negros e de 15,35% entre os não negros; é de 21% entre as mulheres e 15,1% entre os homens;
- A luta pela ampliação dos salários e rendimentos do trabalho, pois o valor do salário mínimo, que hoje corresponde a apenas U\$ 245, está longe de assegurar a garantia das necessidades básicas. Ele deveria corresponder a aproximadamente U\$ 1.000, segundo o Dieese;
- A luta pela universalização da seguridade social, com garantia de saúde pública para todos e ampliação da cobertura da previdência social, pois a elevada informalidade nas relações de emprego faz com que 45.802.229 trabalhadores ocupados (47,69% da PEA) não contribuam para a seguridade social, e, portanto, não tenham acesso aos direitos previdenciários. Essa luta também requer ampliar o valor dos benefícios, pois 80,31% dos 24.593.390 benefícios estão abaixo de 2 SM, ou seja, abaixo de U\$ 490; A universalização da seguridade também pressupõe defender a política de assistência como direito social, e não como filantropia e muito menos como substitutivo paliativo do trabalho e do emprego;
- A luta em defesa da educação laica, pública, presencial e universal em todos os níveis, para reverter o quadro de reduzido acesso ao ensino superior. No Brasil, o percentual de jovens com idade entre 18-24 anos inseridos no ensino superior é de apenas 21%, enquanto na Argentina é de 60%.

O enfrentamento e a ruptura com essa desigualdade estrutural, reiterada e banalizada, só é possível com a superação da condição que produz essa desigualdade: a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Por isso defendemos a universalização dos direitos como mediação na luta pela socialização da riqueza e superação da desigualdade.



Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão 2008-2011 Atitude Crítica Para Avançar na Luta

Presidente: Ivanete Salete Boschetti

Vice-Presidente: Sâmbara Paula Ribeiro

1ª. Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

2ª. Secretária: Neile d'Oran Pinheiro

1ª. Tesoureira: Rosa Helena Stein

2ª. Tesoureira: Telma Ferraz da Silva

Conselho Fiscal:

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Pedro Alves Fernandes

Kátia Regina Madeira

Conselheiros (as) Suplentes:

Edval Bernardino Campos

Rodriane de Oliveira Souza

Marinete Cordeiro Moreira

Kênia Augusta Figueiredo

Erivã Garcia Velasco

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

Maria Elisa dos Santos Braga

Maria Bernadette de Moraes Medeiros

Marylucia Mesquita Palmeira

Conteúdo:

Ivanete Salete Boschetti

(Aprovado pela Diretoria do CFESS)

Criação:

Marcela Mattos

Assessor de Comunicação:

Bruno Costa e Silva

comunicacao@cfess.org.br